

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DE CONTROLE OU DE FORMAÇÃO

Ana Maria Gonçalves de Sousa*

Foi dito que em cada um de nós há três pessoas: a que cremos que somos, a que os demais crêem que somos e a que cremos que os demais crêem que somos; a quarta, a que realmente somos, ou não existe ou é desconhecida e inacessível.

Enguita

Resumo

É intuito deste texto provocar uma reflexão sobre o papel do educador enquanto intelectual transformador, agente investigador participante das relações sociais, econômicas e políticas. Questiona-se a indiferença, a resignação e a alienação dos educadores que se abstêm de atuar e exercer uma influência crítica e consciente na estrutura educacional.

Palavras-chave: Relações sociais; Reforma; Educador.

O tempo muda o mundo. A mudança do século XX para o século XXI parece que deixou de ser, agora, apenas uma questão cronológica. Neste crepúsculo milenar os neoliberais afirmam que se esgota um modelo fundado no predomínio do trabalho, no seu sentido clássico. Acentua-se, também, a forte presença da microeletrônica e informática substituindo os homens e desaparecendo com os postos de trabalho e impondo a estes a necessidade de criarem novos espaços vitais à sua sobrevivência. O reordenamento econômico, político e social da globalização, a presença da biotecnologia, a aplicação da mecânica quântica, o avanço meteórico

* Contadora, mestra em Educação pela Universidade Católica de Goiás (UCG), professora da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas (FACH), da Faculdade Cambury, da Faculdade Nossa Senhora Aparecida (Fanap) e da Universidade Católica de Goiás (UCG).

da informática, além da tragédia do desemprego e da exclusão social, estão demonstrando que, muito mais que uma virada de século e milênio, estamos na verdade mudando o estilo do trabalho sem, contudo, mudarmos a concepção de explorador e explorado na ordem capitalista vigente.

Neste momento grupos temáticos estão elaborando estudos sobre questões importantes da atualidade, envolvendo desde o processo de competitividade da educação nacional no mundo globalizado até a criação de novas agências de formação de profissionais da educação. Essas atividades revelam que a categoria está sintonizada com a dimensão dos desafios do futuro próximo e está consciente de que a exaustão do atual estilo de trabalho vai exigir do educador uma postura muito mais dinâmica/ousada e crítica/consciente. A questão fundamental que se coloca agora não se restringe à imprescindível capacitação educacional nos aspectos relacionados com a competitividade no mundo globalizado, mas realça também o compromisso que todo educador consciente precisa assumir diante da degradação do trabalho, de mazelas como o desemprego e a exclusão social. Compromisso este de encontrar condições que viabilizem um reordenamento do setor produtivo de forma tal que as capacidades humanas existentes possam ser aproveitadas de forma digna e otimizada.

Perceber o rumo dessa mudança na redefinição das condições sociais, procurar uma adequação às novas regras do jogo parece ser o grande desafio deste momento. Não é tarefa fácil. Encará-la, na sua múltipla dimensão de grandeza e complexidade, exige que algo se faça para identificar e atrair lideranças novas, capazes de compreender o processo em que vivemos e, também, capazes de exercitar a inteligência e a criatividade em torno de projetos de transformação qualitativa da vida econômica e social do país. Daí a necessidade de um maior nível de profissionalismo dos educadores que teriam condições de identificar e situar as discontinuidades nos padrões que estruturam a vida social.

A tarefa prioritária é o despertar não só das lideranças mais representativas da vida educacional brasileira mas de todos os educadores para a imperiosa necessidade de contribuir coletivamente para sedimentar os valores de justiça social e de “partagem do trabalho” na consciência nacional como soluções práticas e viáveis para enfrentar os desafios que a modernidade nos coloca. Infere-se que o setor educacional está verdadeiramente habilitado a opinar e elaborar propostas para os diversos tipos de problemas que afetam a vida e, também, a discutir formas de marcar

a participação ativa do setor na discussão dos diversos aspectos da realidade econômica, social, política e institucional do país. O trabalho desenvolvido pelo educador é fundamentalmente uma prática política e ética, bem como uma construção social e histórica da realidade contextualizada que não se restringe apenas às salas de aula. É inquestionável que seu envolvimento na produção e construção de significados – do conhecimento e da experiência – contribua no sentido de criar e reforçar espaços de autonomia e desalienação no sentido de reforçar ou até mesmo conquistar o controle sobre a própria atividade. Punge a necessidade de abandonar a concepção de que a função do educador é meramente passiva, situação em que fica aguardando a determinação dos procedimentos pelo qual obterá os objetivos estipulados para o seu trabalho.

O educador está perdendo seus meios de trabalho, pois é na estrutura capitalista que se encontra fortalecida a questão da distribuição da capacidade de controle. É no interior dessa estrutura que nossa cultura entende o controle burocrático interpondo-se entre os usuários das escolas e seus meios de aprendizagem. O público da escola encontra-se incapaz de exercer o controle sobre ela. Tal cultura pode ser desmantelada a favor de práticas mais críticas e radicais somente por meio dos esforços coletivos dos intelectuais transformadores.

Assim sendo, não é difícil compreender que o ensino é uma forma de política cultural, que será melhor abordada logo a seguir, com vastas conseqüências no espaço e no tempo e que este tem o objetivo de preparar para o mercado de trabalho, como explicita Enguita (1989, p. 130):

Efetivamente, desde o momento em que a aprendizagem do trabalho e da vida social já não é possível diretamente ou, ao menos exclusivamente, no próprio local de trabalho – sobretudo a primeira – é preciso voltar-se para a escola [...] para que desempenhe tal função.

Conforme Enguita, no século XX, a escola pareceu ser a melhor, a mais prudente e barata solução para todos, leia-se “a classe dominante”, para colocar fim às resistências individuais e coletivas do dominados, que se defrontavam com novas condições de vida e trabalho. A escola seria a responsável por conduzir a população à assimilação das novas relações industriais.

Sob o discurso da eficiência, de acordo com Enguita (1989), a escola, admitindo a liderança da produção capitalista, aderiu aos princípios da ordem, da autoridade e da submissão reinantes no processo produtivo, renegando, para segundo plano, o ensino ou instrução.

Para o autor, nesses princípios está assentada a forma como a escola vem preparando o aluno, que por sua vez se depara com ordens e normas individuais e coletivas, com toda uma sistemática disciplinar, entre a quais se destacam: a pontualidade, a obediência, a vigilância, a precisão, a compostura, a regularidade de movimentos e outros.

Toda esta sistemática disciplinar visa manter os princípios da hierarquia, da autoridade, bem como de submissão a ela. A ordem e a autoridade escolar tendem a reduzir a criatividade, a liberdade e, também, a criar nos alunos um estado de dependência, de insegurança e docilidade. Os alunos, inseridos nestas relações educacionais, acabam por incorporar estes princípios tal como deverão fazê-lo no local de trabalho. Aqueles que aceitam e se submetem às condutas impostas são premiados. Os demais são rejeitados e penalizados. Esta é uma das faces da cultura escolar dominante domesticando para o trabalho, aqui sintetizada, descrita por Enguita (1989).

A cultura escolar dominante, com práticas totalitárias, muitas das vezes emudece e aliena os alunos, desagrega e incapacita os professores. Ao falar em cultura, é necessário atermo-nos em algumas de suas diversas concepções.

As concepções de cultura vão de um extremo ao outro. A cultura envolve desde os aspectos cotidianos do modo de viver de uma comunidade até a posse de conhecimento e de faculdade cognitiva. A cultura é herdada, transmitida, modificada e construída segundo os valores da classe dominante pela oposição organizada da classe trabalhadora. A experiência humana reconhecida como cultura tem como um de seus transmissores a educação que qualifica para o trabalho, ou seja, para uma dada sociedade. A educação tem sido um dos veículos que leva a comunidade a aprimorar quantitativa e qualitativamente o seu nível cultural. Por outro lado, a determinação dos fins, ou seja, do conjunto de saberes dignos ou indignos de serem transmitidos e aprendidos ou eliminados e descartados, “por uma vontade alheia”, leia-se vontade do capital, reproduz-se inteiramente na escola. O conteúdo educacional

provém de imposições e prescrições por parte de um poder cultural arbitrário e dominante.

A cultura transmitida, modificada e construída no ambiente escolar sofre modificações de acordo com os interesses da classe dominante. Enguita (1989, p. 159) aponta que “a experiência escolar é algo socialmente determinado”.

Forquin (1993, p. 14, 17), ao realizar um paralelo entre a educação e a cultura em seus diferentes significados e sua especificidade escreveu:

Pode-se dizer perfeitamente que a cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última: a educação não é nada fora da cultura e sem ela. Mas, reciprocamente, dir-se-á que é *pela e na* educação, através do trabalho paciente e continuamente recomeçado de uma “tradição docente” que a cultura se transmite e se perpetua: a educação realiza a cultura como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária da continuidade humana.

Pode-se acompanhar, com os historiadores, a emergência, na época moderna, de uma “cultura escolar” original repousando sobre saberes, hábitos, critérios de excelência, sistemas de valores típicos (cf. por exemplo A. Chervel, 1977, G. Vincent, 1980, P. Perrenoud, 1984), e na qual não é possível ver o decalque puro e simples de uma “cultura dominante” preexistente ou a expressão direta dos interesses de tal ou qual grupo de pressão exterior à escola, o que não a impede de se construir através de conflitos e em função de dinâmicas sociais claramente identificáveis (cf. por exemplo A. Prost, 1982).

A inculcação ideológica não parece favorável aos educadores, uma vez que restringe a potencialidade de criação e obsta a capacidade de oferecer respostas. Entretanto, a situação oferece o desafio de nos unirmos ao debate público sobre as desigualdades educativas, o pluralismo cultural e inúmeras outras questões, propiciando a oportunidade de trabalho conjunto para, entre tantas outras importantes funções, demonstrar ao público o quão relevante e fundamental é o trabalho desempenhado no processo de promover mudanças educacionais e, conseqüentemente, que leve à compreensão das relações sociais assim como à organização da luta por justiça social.

A indiferença, ou a resignação diante das restrições e prescrições educacionais impostas pelo mercado, equivale a permitir àqueles que detêm poder econômico o controle da escola. É hora de transformar o papel do professor. Provou-se, repetidamente, ao longo das últimas décadas, que somos capazes de fazer mudanças nas escolas. Não meras mudanças de conteúdo, alteração de programas, substituição de matérias, livros didáticos ou métodos. Uma mudança profunda constituída por idéias geradas pela escola, não elaboradas e impostas de fora. Os fatores de mudanças estão em nossas mãos, pois somos sujeitos históricos. Porém, limitados ao processo sociopolítico-econômico da sociedade brasileira.

Giroux (1997) defende que o educador intelectual deve considerar a verdade como algo pertencente a uma categoria mutável e transitória. Não havendo verdades absolutas e permanentes, os educadores devem estar aptos a participarem ativamente das mudanças sociais, políticas e econômicas de forma mais crítica.

Temos que deixar de ser meros instrutores apartados de nossos colegas e de nosso material de trabalho, atitudes que tanto têm propiciado o crescimento do individualismo, do isolamento social e da redução de conhecimento e de poder crítico. Não podemos mais ser coniventes com a preparação de profissionais exclusivamente para o mercado. Devemos desnudar o mundo da produção capitalista para ajudar alunos e professores a reconhecerem as desigualdades sociais e culturais no sentido de construir propostas e espaços de inclusão e justiça social.

De acordo com Giroux (1997, p. XVIII), “a escola desempenha um papel significativo no estabelecimento da democracia local, entretanto, obtém maior êxito em colaboração com outras esferas públicas democráticas na luta mais ampla por democracia em níveis estadual e federal de governo”.

E, nós, educadores, devemos estar inseridos nesse contexto, sendo agentes de transformação social e não apenas de transformação hegemônica da classe dominante ou benévola das escolas. Podemos ampliar nossas possibilidades de mudanças se estivermos engajados e assumirmos o papel de “intelectuais transformadores”.

Ao se falar em “intelectuais transformadores”, faz-se necessário esclarecer o termo “intelectual” e a concepção gramsciana de “intelectual orgânico” (Gramsci, 1978) para, então, termos a nítida compreensão do “intelectual transformador” de concepção girouxiana. Giroux e Gramsci

defendem a idéia de que os intelectuais devem ser vistos em termos políticos. Os intelectuais são mediadores, legitimadores, e produtores de idéias e práticas sociais; “eles cumprem uma função de natureza eminentemente política” (Giroux, 1997, p. 186). O educador intelectual está para além da simples produção, reprodução e transmissão de idéias. O educador, ao pôr em prática sua função essencial, colabora com as profundas e complexas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e éticas.

Para Gramsci (1978), os intelectuais dividem-se em tipos distintos considerando-se a relação destes com o poder estabelecido. Gramsci denominou intelectuais “orgânicos conservadores” aqueles que se aliam às estruturas de poder estabelecidas. Fazem parte do sistema de propagação da norma cultural privilegiada pelos governantes. Outros, denominados “orgânicos radicais”, se colocam à parte, questionam, divergem ou propagam idéias e valores essenciais à criação de uma classe trabalhadora politizada. Estes recusam-se a fornecer à classe dominante o suporte teórico para o exercício do poder.

Conforme Giroux (1997, p. 162-163),

encarando os professores como intelectuais, nós podemos começar a repensar e reformar as tradições e condições que têm impedido que os professores assumam todo o seu potencial como estudiosos e profissionais ativos e reflexivos. Acredito que é importante não apenas encarar os professores como intelectuais, mas também contextualizar em termos políticos e normativos as funções sociais concretas desempenhadas pelos mesmos. Desta forma, podemos ser mais específicos acerca das diferentes relações que os professores têm tanto com seu trabalho como com a sociedade dominante [...]. Os intelectuais transformadores devem se manifestar contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora da escola. Ao mesmo tempo, eles devem trabalhar para criar condições que dêem aos estudantes a oportunidade de tornarem-se cidadãos que tenham conhecimento e coragem para lutar a fim de que o desespero não seja convincente e a esperança seja viável.

Para Giroux, os educadores devem ser muito mais que intelectuais, limitados pela gaiola dourada do saber. Devem ser intelectuais transformadores, exercendo, alterando e criando relações sociais, econômicas e

políticas. Os educadores, enquanto intelectuais transformadores, devem também estimular os estudantes a serem agentes ativos e reflexivos.

E é por esta via, como intelectuais transformadores, que poderemos fortalecer positivamente o controle das nossas atividades. É importante que mobilizemos a sociedade e trabalhemos com ela. A categoria dos professores dispõe de instrumentos políticos e sociais fortíssimos, que não têm sido usados a favor dos trabalhadores, quais sejam a escola e o conhecimento. O direito e a faculdade de falar, de exprimir idéias, são uma forma de poder capaz de exercer influência sobre as pessoas, trazendo à tona atitudes, modos de pensar e de agir. A escola funciona como um dos principais mecanismos para o desenvolvimento da ordem social democrática e igualitária e, dentro da relação de poder e conhecimento na formulação de Giroux (1997), é fundamental que os educadores intelectuais atuem como criadores ou inspiradores de modelos de relações sociais em que imperem a igualdade de condições, o espírito crítico, a possibilidade de todos serem agentes ativos. O conhecimento não pode ser visto como objetivo da escola, e sim compreendido como parte não apenas das relações de poder que o produzem, mas também daqueles que dele se beneficiam.

Nós, enquanto intelectuais, precisamos “ver as escolas como locais econômicos, culturais e sociais que estão inextricavelmente atrelados às questões de poder e controle” (Giroux, 1997, p. 162), não nos esquecendo de que o conhecimento e a intervenção são utilizados na administração e no controle das organizações sociais. O conhecimento nasce da vida social, das relações sociais. Quando as pessoas constroem suas experiências subjetivas assumem, concomitantemente, uma identidade. Diante de suas relações sociais ele está, neste complexo conjunto de relações e práticas, fomentando, exercendo e usufruindo do poder.

Embora muitos educadores tenham sempre desempenhado seu papel de agentes transformadores da realidade educacional e social, a categoria não tem muita credibilidade, por ter se distanciado da sociedade. Os professores têm de construir uma maior visibilidade na sociedade. Propor e trabalhar como agentes de mudança, porque ninguém quer legar esse país para os nossos filhos do jeito que está. É um dever.

Abstract

The aim of this article is to encourage reflection about the educator's role as a nonconformist intellectual, a creative and participant agent in the deep reform of the social, economical and political relations, it asks questions about a cultural and educational model that frustrates and impedes the educator's role in the redefinition of culture and knowledge in this moment of technological and economical revolution. And, simultaneously, it speculates about when he refrains from acting and exerting his influence on the present and future structure of the social relations.

Key-words: Social relations; Reform; Educator's.

Referências

ENGUITA, Mariano Fernandez. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *Trabalho, escola e ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORQUIN, J. C. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. Introdução, p. 9-26.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

